



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA POR DECRETO DE 14/10/1929
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA (DR 288, DE 11/12/93)

OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO
MEDALHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E BONS SERVIÇOS

Circular n.º 017/2010 **“Cartas de desvinculação”**

A Federação Portuguesa de Tiro tem exigido aos atletas de tiro desportivo que se transferem de Clube, que apresentem um documento, vulgarmente denominado “carta de desvinculação”, emitido pelo Clube de que o atleta se desvincula dando o seu aval à transferência.

Tal exigência, baseada num “acordo de cavalheiros” de vários Clubes e da própria Federação, que pretendia evitar as consequências advindas da transferência de atletas com eventuais créditos vencidos por regularizar para com os Clubes de que se desvinculam, não tem qualquer suporte em regulamentação federativa, nem tem qualquer apoio legal.

E viola o princípio do livre associativismo, que tem subjacente a ideia que os cidadãos são livres de se filiarem numa associação e também são livres de se desvincularem da mesma.

Daí que a Federação Portuguesa de Tiro não possa exigir, para a transferência de um atleta de um Clube para outro, que o Clube donde o atleta se desvincula dê o seu aval a essa desvinculação.

Lisboa, 21 de Abril de 2010

P´la Direcção

Luís Moura
Presidente